



BRUNO CAMPOS SILVA

Arlete Inês Aurelli
Prefácio

Gilberto Gomes Bruschi
Apresentação

Luis Felipe Salomão
Depoimento

Roberto P. Campos Gouveia Filho
Posfácio

SISTEMATIZAÇÃO DA TUTELA
INIBITÓRIA E O CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL DE 2015

4

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021



Coordenadores
 Eduardo José da Fonseca Costa
 Fernando Rossi
 Lúcio Delfino

Conselho Editorial
 Carlos Henrique Soares
 Georges Abboud
 Glauco Gumerato Ramos
 Lenio Luiz Streck
 Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
 Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
 Aline Sebreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
 Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S1586s Silva, Bruno Campos

Sistematização da tutela inibitória e o Código de Processo Civil de 2015/ Bruno Campos Silva. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

246 p. : 14,5x21,5cm
 ISBN: 978-65-5518-194-4

1. Direito Processual Civil. 2. Direito Civil. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Ambiental. I. Título.

CDU 341.46
 CDU 347.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA, Bruno Campos. *Sistematização da tutela inibitória e o Código de Processo Civil de 2015*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 246 p. ISBN 978-65-5518-194-4.

SUMÁRIO

 PREFÁCIO

Arlete Inês Aurelli	17
----------------------------------	----

NOTA DO AUTOR

Bruno Campos Silva	19
---------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

Gilberto Gomes Bruschi	21
-------------------------------------	----

DEPOIMENTO

Luis Felipe Salomão	23
----------------------------------	----

1 – INTRODUÇÃO	25
----------------------	----

2 – A TUTELA JURISDICIONAL E SEU CONTEXTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO	29
--	----

2.1 A tutela jurisdicional diferenciada	36
---	----

2.2 Breve relato da evolução da tutela inibitória no Brasil	40
---	----

2.3 Da necessária revisitação de importantes institutos da ciência processual (processo e jurisdição).....	45
---	----

3 – O ILÍCITO E O DANO – O ARTIGO 186 DO CÓDIGO CIVIL E O ARTIGO 497, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	67
--	----

3.1 O ato ilícito (artigo 186 do Código Civil brasileiro)	75
---	----

3.2 Ilícito <i>versus</i> dano	79
--------------------------------------	----

3.3 O dano: prescindibilidade na tutela inibitória	80
--	----

3.4 Os elementos subjetivos dolo e culpa: desnecessidade	82
--	----

4 – OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS NO ÂMBITO DA TUTELA INIBITÓRIA	85
--	----

4.1 A cognição judicial necessária para a efetiva inibição	85
--	----

4.2 Os pronunciamentos judiciais (artigo 203 do Código de Processo Civil de 2015).....	89
---	----

4.3 A sentença na tutela inibitória	92
---	----

4.4 As decisões interlocutórias na tutela inibitória	116
--	-----

4.5	A aplicabilidade do artigo 139, IV, do CPC no âmbito da tutela inibitória	117
5	A AMEAÇA COMO REQUISITO ESSENCIAL À TUTELA INIBITÓRIA – CONDIÇÃO DA AÇÃO OU MÉRITO?	127
5.1	A definição de ameaça e suas respectivas características....	130
5.2	A ameaça como requisito de admissibilidade da ação.....	132
5.3	A ameaça como mérito e breves considerações sobre a sua prova	136
6	A ESTRUTURA PROCEDIMENTAL DA TUTELA INIBITÓRIA	145
7	TUTELAS PROVISÓRIAS E SUA APLICABILIDADE À TUTELA INIBITÓRIA ANTECIPADA	155
7.1	As tutelas provisórias e o Código de Processo Civil de 2015.....	158
7.1.1	A urgência e a evidência	161
7.1.2	A provisoriedade (temporariedade)	162
7.2	As tutelas provisórias de urgência	165
7.2.1	A satisfatividade (satisfação)	166
7.2.2	A cautelaridade (asseguração).....	167
7.2.3	A referibilidade (instrumentalidade).....	168
7.3	As tutelas provisórias de evidência	170
7.3.1	A tutela inibitória de evidência	174
7.4	As principais diferenças entre tutela cautelar e tutela satisfativa e suas implicações no âmbito da tutela inibitória.....	176
7.5	A tutela inibitória antecipada	179
7.5.1	Pressupostos essenciais e o CPC	181
7.5.2	A tutela inibitória antecipada em caráter antecedente.....	188
7.5.3	A possibilidade de estabilização dos efeitos do conteúdo da decisão mandamental (decisão interlocutória mandamental)	190
7.6	A possibilidade de aplicação da fungibilidade entre tutelas preventivas	199
8	CONCLUSÃO	209
	POSFÁCIO	
	Roberto P. Campos Gouveia Filho	225
	REFERÊNCIAS.....	229